

Universidade emergente¹: integração latino-americana e a contribuição da UNILA
Universidad emergente: integración latinoamericana y la contribución de UNILA

*Maria Elly Herz Genro (Prof. Dr^a PPGEDU-UFRGS, mariaellyh8@gmail.com);
Henrique Safady Maffei (mestrando PPGEDU-UFRGS, hsmaffei@gmail.com);
Márcia Helena Koboldt Cavalcante (UFRGS, cavalcantemarcia@hotmail.com)*

RESUMO

Este artigo é parte de um trabalho do Grupo de Pesquisa do PPGEDU-UFRGS sobre as universidades emergentes. Faz uma breve análise do cenário atual de afirmação do neoliberalismo. Busca apontar as possibilidades na construção de uma universidade que contribua para o bem viver. Por fim, levanta aspectos da UNILA no sentido da interculturalidade e da integração latino-americana.

Palavras-chave: Universidade Emergente, Integração latino-americana, UNILA

RESÚMEN

Este artículo es parte de un trabajo do Grupo de Pesquisa del PPGEDU-UFRGS sobre las universidades emergentes. Hace un breve análisis del escenario actual de afirmación del neoliberalismo. Busca señalar las posibilidades en la construcción de una universidad que contribúa para el buen vivir. Por fin, levanta aspectos de la UNILA en el sentido de la interculturalidad y de la integración latinoamericana.

Palabras-clave: Universidad Emergente, Integración latinoamericana, UNILA

ABSTRACT

This article is part of a work from PPGEDU-UFRGS research group about emerging university. Do a brief analysis of the neoliberalism affirmation actual setting. Search point out the possibilities in the building of *buen vivir* contribute university. In the end, raise UNILA aspects what indicate the search of interculturality and Latin American integration.

Key words: Emerging University, Latin American integration, UNILA

¹ O conceito emergente aqui refere-se ao primeiro significado apontado por Houaiss “que emerge, que surge” (HOUISS, 2001, p. 1122) para definir as Universidades criadas entre o período de 2003 e 2014 que em sua gênese trazem elementos que rompem com o ensino superior tradicionalmente em curso no Brasil. Em outra acepção, emergente pode ser usado como “que ou quem se encontra em ascensão econômica e social” (idem). Esta, largamente utilizada pelos organismos econômicos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tem uma conotação que justifica a política de dominação e intervenção econômica sobre países e nações. Como se poderá observar no conjunto do artigo, não é essa a intenção de seus autores, tendo em vista seu posicionamento crítico ao neoliberalismo e suas facetas regulatórias sobre a educação. Reafirmamos, portanto, que emergente, neste artigo, encontra seu significado e sinônimo em universidades que despontam.

Introdução

Este artigo traz o recorte de um trabalho realizado pelo Grupo de Pesquisa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre as universidades emergentes, aquelas criadas nos últimos quinze anos. Buscamos elencar alguns elementos novos presentes na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, caso de estudo presente na pesquisa *Universidade, Formação Política e Bem Viver: Estudo dos Projetos de Universidades Emergentes no Brasil*. Algumas das questões que nos movem, para além da ideia de universidade, são aspectos referentes a diálogos interculturais, a integração latino-americana e perspectivas que permitam a construção do bem viver, entre outras. Quais os aportes que essa universidade emergente têm trazido nesse sentido? Como sua caminhada tem contribuído para (re)pensar a universidade do século XXI?

Diante desses questionamentos, temos acompanhado o desenvolvimento e a luta da UNILA na busca por se firmar como universidade de integração latino-americana, estabelecendo um diálogo intercultural não só com a participação de estudantes brasileiros mas também com paraguaios, argentinos, guaranis, entre outros. Projeto em disputa, a pesquisa que ora mencionamos se insere na compreensão desta dinâmica e na luta em defesa de um ensino superior que busque superar velhos dilemas, enfrentando novos desafios.

A partir dessa ótica apresentamos este artigo que está dividido em três partes. A primeira aponta o cenário atual do neoliberalismo como pensamento único, que afirma a ideia de educação como mercadoria. A segunda enfoca a disputa deste ideário na universidade. Na sequência, apresentam-se alguns dos elementos pesquisados, tendo como fonte documentos da UNILA. Como fechamento, ponderamos algumas considerações que entendemos importantes diante destes novos desafios.

Cenário atual: neoliberalismo e o esvaziamento da universidade

Desde o início da década de 1980 o mundo começou a viver sob a imposição de uma sociedade neoliberal. Iniciado pelos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, este programa político foi depois assimilado por instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e posto em prática por vários governos de distintos países. (DARDOT & LAVAL, 2016). Operado pelos centros de poder de diversas regiões, o programa político foi

se transformando e logo o neoliberalismo se afirmou como um triunfo mais ideológico e cultural do que econômico, já que se assenta na derrota das forças populares e na reestruturação capitalista (BORÓN, 1999).

No campo econômico, podemos perceber que muito da agenda neoliberal ainda está por se cumprir, já que a completa retirada do Estado desse aspecto ainda não se completou. E isso não ocorreu em virtude de diversos elementos, sejam de ordem política, econômica ou social. A crise de 2008 nos Estados Unidos, que levou o governo a intervir fortemente para evitar a falência total de uma das maiores empresas privadas do país e símbolo do *American Way of Life*, a General Motors, é apenas o exemplo mais anedótico das inúmeras dificuldades que o programa neoliberal tem tido para se implementar por completo no campo econômico. No caso do Brasil, diversos ramos da máquina estatal, recentemente, em 2017, sob os auspícios de um governo nascido de um golpe, começam a ser privatizados, como é o caso de diversos aeroportos.

Mas, no campo ideológico, podemos perceber que o neoliberalismo conseguiu seu maior triunfo, não só pela derrota das forças populares, mas principalmente pelas próprias características do programa neoliberal. “*O neoliberalismo repousa sobre a dupla constatação de que o capitalismo inaugurou um período de revolução permanente na ordem econômica, mas que os homens não se adaptam espontaneamente a essa ordem de mercado cambiante*” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.90). É para adaptar o homem² a essa nova ordem que se fez e se faz necessário *mudar o próprio homem*, para que se construa um novo equilíbrio entre a forma como ele vive e se submete às condições econômicas. (Idem).

Para a imposição de sua ideologia, a lógica neoliberal necessitou que esse novo homem fosse pensado como *empreendedor*. Mais do que na vida econômica, esse empreendedorismo é pensado como a capacidade de cada sujeito “*se tornar empreendedor nos diversos aspectos de sua vida ou até mesmo de ser o empreendedor de sua vida*” (Ibidem, p. 151). Esse é o aspecto do triunfo ideológico neoliberal mais marcante para a sociedade atual: o dogma de que está na capacidade individual de ser empreendedor de si mesmo toda a responsabilidade de aceder às necessidades primordiais da vida humana. Se o *homem empreendedor* falha enquanto tal, é por sua única e inteira incapacidade.

Soma-se a isso a avassaladora tendência à mercantilização de direitos, convertidos agora em “bens” ou “serviços” (BORÓN, 1999). É o caso da educação pública: na ideologia

² Neste artigo utilizamos o termo *homem* recorridamente para marcar a designação neoliberal masculina, heterossexual, branca, católica-protestante como seu padrão normativo.

neoliberal, ela é vista como parte do mercado e não mais como um direito ou o campo de formação cultural de uma sociedade – ela passa a ser entendida como treinamento de habilidades demandadas pelo mercado, garantindo a empregabilidade do sujeito (BORÓN, 2008). Dependerá do sujeito, com sua capacidade de empreendedor, estar apto ou não às necessidades mercadológicas. A não aptidão passa a ser vista apenas como uma incapacidade individual, uma falta de preparo e não fruto de fatores sociais e externos ao indivíduo: as desigualdades de condições, o desemprego, falta de investimento público, entre outros.

Importante assinalar que quando falamos em educação pública, transformada de direito em serviço, compreendemos o conjunto de modalidades e níveis institucionais em que se dá a prática educativa. Essa afirmação faz-se necessária porque vivemos um senso comum, construído em nosso país desde o tempo da colônia, de que o Ensino Superior não está incluso na definição de educação – muito menos com o qualitativo de pública. Não podemos reconhecer o Ensino Superior como aquele alijado do ensino mais geral, algo distintivo disponível apenas para uma elite intelectual ou dominante. Ao falarmos de educação pública transformada em mercadoria, estamos a incluir não só a educação básica, mas a superior, a não-formal, a de jovens e adultos e todas as formas em que os elementos culturais de nossa sociedade são transmitidos e repensados através da troca multicultural e multigeracional inerente ao campo educativo.

Se o neoliberalismo tem se empenhado em mudar o signo da educação de direito a mercadoria, seja no campo ideológico ou no econômico, é importante assinalar que esse empenho ainda não chegou ao seu estágio final. Não se impôs a educação como mercadoria do ponto de vista ideológico nem do ponto de vista econômico, ainda que no campo da filosofia e da ideologia cada vez mais se fortaleça um pensamento dogmático em que o sujeito é o único empreendedor de sua formação educativa. Soma-se a isto o estabelecimento de metas (índices, *rankings*, etc) como produtos a serem alcançados pela educação mercantilizada. Apesar disso, pensamos que este cenário idealizado pelos neoliberais e, em muitos aspectos, já presenciado nos sistemas educativos e nas instituições escolares ou superiores, ainda está em disputa. Está em disputa porque a educação é feita por sujeitos e nem todos estão dispostos a se verem como empreendedores de uma sociedade que privilegia o viver melhor de um indivíduo em detrimento do viver mal para muitos outros. Os espaços educativos estão em disputa porque nem todas as pessoas, instituições ou sistemas se dobram a uma lógica formativa exclusiva para o mercado.

Nas universidades, essa disputa se dá em diversos aspectos. Um deles é a vinculação de distintas instituições, mas sobretudo as emergentes, com setores organizados da sociedade civil, com suas reivindicações e lutas, muitas vezes contraditórias com a lógica de mercado. Também se dá na incorporação de novos sujeitos nas universidades, seja através de políticas afirmativas, seja por manifestações e mesmo ocupações que provocam um repensar sobre a prática e a democracia nas IES.

Esses são alguns, mas existem outros parâmetros dessa resistência. Ao estar inserida numa sociedade com diferentes conflitos, opiniões, a universidade vivencia diferenças, refletindo e sendo parte dessas contradições. Para Chauí,

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo. (CHAUÍ, 2003)

Se por um lado há essa disputa em curso contra a mercantilização, por outro é importante assinalar que há um esvaziamento na função própria da universidade. Ao modificar o objetivo central da Universidade para a simples formação técnica para o mercado, o neoliberalismo a esvazia de conteúdo social, de (re)formativo cultural. Para Ernani Fiori, “*a cultura é a alma da civilização, e o centro consciente de elaboração e renovação da cultura é a universidade*” (FIORI, 1992, p. 21). É essa a função primária da universidade, e ao tirar seu papel de elaboradora e renovadora da cultura e transformá-la em preparadora técnica de empreendedores esvazia-se seu conteúdo, e até mesmo seu significado enquanto instituição.

Assim pensada, a estratégia neoliberal é retirar o sentido de integração comunitária inerente à universidade – de pensar e repensar a vida da comunidade a partir de seu artefato cultural para a construção de um bem viver para sua civilização – e, ao esvaziar seu sentido, construir uma instituição que privilegie o empreendedorismo dos mais capazes e aptos para que esses vivam melhor, independente de como viva sua civilização.

Universidade e o Bem Viver

O Neoliberalismo, enquanto política e imposição de um modo de vida de adaptação às exigências de tempo histórico significa, segundo Franklin: “*mercado, tecnociência, organização eficaz e tecnicismo produtivista*” (SILVA, 2006, p. 199). Esta dinâmica tem seus desdobramentos na concepção de universidade como organização social, modelo extraído da

lógica empresarial. Para o autor, ocorre um processo de desinstitucionalização da universidade para o qual se inscrevem vários fenômenos: a heteronomia (novos paradigmas extrínsecos à instituição), a privatização e a subordinação ao mercado com a absorção de critérios ligados ao tecnocratismo economicista (idem).

Este movimento vai de encontro à ideia de educação como um bem público, consequentemente obstaculizando a responsabilidade social da universidade na formação humana. Compreendendo a insuficiência da formação profissional (especializada) e a necessidade da formação cultural para compreender e pensar o mundo, suas contradições e iniquidades. Nesta direção apostamos na nossa condição de sujeitos históricos para imaginar outras possibilidades na busca do Bem Viver.

A ideia da educação superior como bem público diz respeito, introdutoriamente, à construção de sentidos nos processos formativos e na produção de conhecimentos universitários, para além dos interesses particulares. Assim, estabelecendo pontes entre o fazer da universidade e as necessidades sociais e políticas, numa vertente de democratização da sociedade e seus múltiplos espaço-tempo-estruturais e instituições. Pensar projetos de país objetivando desconstruir diferentes forma de dominação, exclusões e práticas de desvalorização da vida, num movimento aberto de estudos, debates e interlocuções com os diferentes segmentos da sociedade.

A ideia de bem público significa projetar a universidade para todos, inclusiva, democrática, num movimento de constituição de qualidade social. Construção e reinvenção da cultura, levando em conta suas experiências históricas para projetar o futuro.

A universidade do século XXI será certamente menos hegemônica, mas não menos necessária. A sua especificidade enquanto bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público de discussão aberta e crítica que constitui. (SANTOS, 2004, p. 114)

A formação cultural diz respeito a uma racionalidade ampliada, para além das especialidades do mundo acadêmico, envolvendo reflexões ético-políticas para compreensão e atuação no mundo. Um conhecimento prudente para uma vida decente, como refere Santos (2004). A sensibilidade ética diz respeito à necessidade de potencializar solidariedades, empatia, respeito à diversidade epistemológica, reciprocidade e outros valores que direcionam nosso olhar em busca da igualdade e da liberdade.

Fiori (1992, p. 20) conceitua a universidade como a culminância de um processo

cultural. Para ele, as gerações vão passando de uma para outra os seus feitos, não como produtos acabados, mas para serem refeitos a partir das experiências de vida das novas gerações. Esse processo cultural, obra do espírito, da espontaneidade e da liberdade, vai se tornando cada vez mais consciente.

A universidade na perspectiva do Bem Viver, como um processo em construção e sem fim, significa cuidar da vida em sua totalidade e outros processos de interesse social. Como conceito trazido dos povos originários de Nossa América, o Bem Viver entende que todos fazemos parte de uma só comunidade, incluída a natureza (Pachamama) e, dessa forma, todas as nossas práticas interferem na totalidade da vida. A partir desse conceito, pode-se instrumentalizar a ideia de que ninguém pode viver melhor sem que muitos – ou a natureza – vivam mal e, assim, necessitamos construir um outro paradigma em que todos vivam bem. Pensando a universidade sob essa epistemologia, podemos pensá-la como contraposta a uma ideia de lógica empresarial-produtivista, onde o empreendedorismo individual e o ranqueamento institucional buscam o desenvolvimento de uns em detrimento de muitos.

Segundo Alberto Acosta, “*o Buen Vivir, na realidade, se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida*” (2012, p. 201). Essas propostas surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados,

questionam a ética do “viver melhor” na medida em que supõem um progresso ilimitado que nos convida a uma competição permanente entre os seres humanos. Este é um caminho seguido até agora, que permitiu a alguns viver “melhor” enquanto milhões de pessoas tiveram e ainda têm que “viver mal” (ACOSTA, 2012, p. 201).

Diante dessa proposta ética de bem viver, nos perguntamos como seria construir uma Universidade de novo tipo, que questione a neoliberal mas que também supere a tradicional. Uma das alternativas é considerar a educação como um processo mediador de experimentação de um caminho que vamos tecendo com outros, forjando coligações, parcerias, afetos e desejos no enfrentamento das contradições sociais e políticas do mundo contemporâneo e das nossas próprias contradições. Assim, debatendo em cada momento o possível, socializando narrativas diversas, fortaleceremos pressupostos e sentidos em direção ao bem viver. São percursos que devem ser construídos coletivamente, singularmente, em que se articulem valores como liberdade, igualdade, autonomia e interculturalidade, considerando a diversidade humana. A mediação exige busca de coerência, superação de dicotomias entre o

experimentar e o pensar, em que os nossos movimentos sejam reinventados, a cada dia, no sentido da aposta na melhor possibilidade do humano, dignidade para todos e todas. Desmercantilizando a vida, descolonizando nossas mentes e práticas e radicalizando a democracia, em todos os espaços e tempos em que vivemos.

Nesse cenário, a caminhada da UNILA

A UNILA tem seu projeto iniciado em 2007, sua aprovação legal em 2009 e o início das ações em 2010. Um dos principais elaboradores e incentivadores deste projeto é o professor e pesquisador Hélgio Trindade. Na conferência proferida na UFRGS, o ex-reitor *protempore* da UNILA definiu-a como uma “*universidade brasileira, com vocação internacional, sem muros e sem fronteiras*” (TRINDADE, 2017).

A UNILA foi implantada em Foz do Iguaçu, situada na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Sua territorialidade expressa o forte desejo de consolidar uma experiência educacional desde a UDUAL, em 1967. Foi também proposta no contexto do Mercosul, tendo como missão a integração Latino-Americana reveladora da diversidade cultural de nossos povos.

Sua estruturação foi feita de forma participativa, com envolvimento de diferentes universidades e órgãos públicos da América Latina – vide a descrição de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A comissão de implantação contou com a presença de pesquisadores de diferentes países, e conduziu estudos e debates sobre a ideia desta universidade em construção, pensando sua estrutura acadêmica e seu processo de integração. De forma transparente, este processo está documentado em resumos públicos disponíveis no site da universidade.

A atenção aos estudantes, oriundos dos diferentes países do nosso continente, passa pela prática bilíngue durante as aulas, revelando uma preocupação com a integração latino-americana. As atividades na casa de estudantes, e no campus em Foz do Iguaçu, junto ao Parque da Hidrelétrica de Itaipu, objetivam valorizar as culturas de origem dos estudantes, através de projetos que promovem a música, dança, culinária, literatura, cinema, teatro, entre outras atividades culturais.

O Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA-UNILA), órgão suplementar da reitoria, tem como objetivo fomentar a integração regional a partir de um conjunto de ações compartilhadas que envolvem os cursos das diferentes áreas de atuação desde a Engenharia

até Letras e Artes, passando por ações de pesquisa e pós-graduação às relações institucionais e internacionais.

A perspectiva de uma integração solidária (presente no PDI), pressupõe uma formação e produção de conhecimentos sobre a nossa realidade latino-americana, em que a ideia de qualidade desta experiência se pauta, para além da integração econômica, comercial e política, numa interlocução cultural, envolvendo as comunidades universitárias.

O diálogo intercultural deverá ser um dos pontos centrais do projeto pedagógico, pois se considera que a busca da integração passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças entre as diversas culturas da América Latina. Assim, aprofundar o conhecimento das diferenças certamente favorecerá a identificação das convergências que são importantes para a construção conjunta de novos horizontes (CORAZZA, 2010, p. 80)

Nos aproximamos de uma perspectiva de interculturalidade crítica (WALSH, 2009), pela potência deste conceito em que o reconhecimento e tolerância da diversidade cultural não são suficientes para dar conta da complexidade do mundo global e suas singularidades locais, nos quais os paradigmas epistemológicos da Europa e dos Estados Unidos são hegemônicos. A interculturalidade é compreendida como uma ferramenta, processo e projeto que se constrói pelas pessoas e, segundo Walsh, exige: *“apontar e requerer a transformação das estruturas, instituições e relações sociais, e a construção das condições de estar, ser, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver diferente”* (Idem, p.4).

Nesse esforço de organização diferenciada da UNILA, o viés interdisciplinar de alguns cursos, além de projetos de pesquisa e de extensão, potencializa a formação mais voltada para a realidade social, política e ética dos diferentes países da América Latina. Essa formação, vinculada com a realidade latino-americana, sinaliza uma perspectiva intercultural que abre brechas para o movimento contra-hegemônico apontado por Walsh.

A interculturalidade crítica tem suas raízes e antecedentes nas discussões políticas postas na cena pelos movimentos sociais, e ressalta o seu sentido contra-hegemônico, sua orientação em relação ao problema estrutural-colonial-capitalista e sua ação de transformação e criação (Ibidem, p. 12).

Sendo assim, a formação interdisciplinar nos cursos possibilita desenvolver um novo perfil de cidadão e profissional comprometido com a qualidade social de sua ação técnica e

humana. Visando uma atuação que tem como aspecto fundante a integração, o projeto político se articula com o educativo. Nesse sentido, cabe destacar os desafios apontados por Trindade (2017) neste caminho: intercâmbio acadêmico solidário, compromisso com o desenvolvimento sustentável indissociável da justiça social e partilha de recursos e conhecimentos entre estudantes e professores na América Latina.

Em cena: a defesa da UNILA

É necessário reafirmar a relevância da UNILA enquanto projeto em construção de integração dos saberes latino-americanos, que necessita ser fomentado e apoiado para que novos paradigmas sejam criados na educação superior, oportunizando novas caminhadas que rompam com a colonialidade euro-norte-centrada, com a mercantilização neoliberal e outras diversas formas de opressão tão marcadas no nosso mundo contemporâneo.

A universidade latino-americana pode ter um papel mais protagônico na formação e reconfiguração cultural que aponte novas referências institucionais, no resgate da ancestralidade do nosso pensamento e ao mesmo tempo oportunize a criatividade social, política e cultural de nossa América. Nesse sentido, as possibilidades abertas através da experiência da UNILA, como a interculturalidade, a integração regional, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento sustentável, devem ser preservadas e defendidas diante dos ataques que pretendem desconfigurar sua identidade. Também consideramos necessário o aprimoramento constante dessas experiências em curso, sabedores de que a universidade, numa perspectiva de bem viver, envolve articulação entre qualidade acadêmica e social, levando em conta a diversidade epistemológica e cultural do mundo.

Nesse sentido, a função de ser da universidade é a integração comunitária, espaço onde distintas gerações comungam e criam cultura, inseridas em sua civilização, suas culturas. Para que isso ocorra, os profissionais que nela trabalham, seja na docência, na pesquisa, na extensão ou ainda no administrativo devem estar situados dentro de seu mundo e sua época “senão, não terá ela sentido autêntico, não terá sentido humano, não terá sentido histórico” (FIORI, 1992, p. 24).

Sabemos da grande caminhada a percorrer para a construção de modelos alternativos de universidade. Os desafios, limites e dificuldades são enormes, ainda mais na construção de um outro mundo possível em que o bem viver se relacione com a não exploração do ser humano e a comunhão com a natureza. Mas, a resistência ativa à condição de sujeitos

sujeitados nos impulsiona para a ideia de aposta e esperança, como uma forma de qualificar a vida em sociedade.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. “O Buen Vivir – Uma oportunidade de imaginar um outro mundo.” In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro*. Brasília/DF: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. pp. 198-216.
- BORÓN, Atílio. “Os ‘novos Leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina” In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo II – Que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. P. 7-67.
- _____. *Consolidando la Explotación. La academia y el Banco Mundial contra el pensamiento crítico*. Córdoba: Editorial Espartaco Córdoba, 2008. 1 ed.
- CHAUÍ, Marilena. Conferência de abertura da ANPED, 2003.
- CORAZZA, Gentil. A UNILA e a integração Latino-americana In: Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília: Ipea, 2010. n. 3
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2016. 1 ed.
- FIORI, Ernani M. *Educação e Política*. Volume 2. Porto Alegre: LP&M, 1992.
- HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. 1º ed.
- SANTOS, Boaventura. *A universidade do século XXI*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Franklin Leopoldo. *Universidade: a ideia e a história*. IN: *Estudos Avançados*. V. 20 n. 56 São Paulo: Instituto de Estudos Avançados USP. 2006. pp. 191-201.
- TRINDADE, Héglio. *Integração Acadêmica Latino-americana*. Ciclo Conferências UFRGS, CRES 2018 - Cem anos da Reforma de Córdoba. Palestra proferida em 22 de novembro de 2017 no salão de festas da reitoria. Porto Alegre.
- UNILA. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2013-2017. Foz do Iguaçu/PR, 2013. Disponível em:
<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>.
 Acessado em 8 de outubro de 2017.
- _____. Comissão de Implantação da UNILA. Resumo das discussões. 2008-9. Disponível em:
https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Comissao_de_Implantacao_UNILA.pdf
 Acessado em 8 de outubro de 2017.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad crítica y educación intercultural*. Apresentação em Seminário realizado em La Paz, 2009.